

CONCURSO PÚBLICO 01/2026 - EDITAL 01.01/2026

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

DATA 13/09/2026

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- ✓ Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo que você concorre e se ele contém 40(quarenta) questões de múltipla escolha, com 5(cinco) alternativas (a, b, c, d, e) de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo que você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;
- ✓ No momento da identificação, verifique o cartão resposta, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala para corrigir em ata;
- ✓ Você dispõe de 3 (três) horas para fazer a prova objetiva;
- ✓ Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à entrega do material de prova e ao preenchimento do cartão resposta;
- ✓ Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- ✓ Não é permitido durante a realização da prova o uso de aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc..., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc..., consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas;
- ✓ É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- ✓ Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- ✓ Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- ✓ **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova e o cartão resposta devidamente assinado e deixe o local de provas;**
- ✓ A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno de prova e no cartão resposta poderá implicar na anulação da sua prova;
- ✓ Tenha calma para não prejudicar seu desempenho e boa prova.

INSCRIÇÃO: _____

NOME COMPLETO: _____

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	
37	38	39	40									

Lute. Acredite. Conquiste. Perca. Deseje. Espere. Alcance. Invada. Caia. Seja tudo o quiser ser, mas, acima de tudo, seja você sempre.

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

EDITAL 01.01/2026

1. Leia o texto a seguir.

O trabalho e a tecnologia

A incorporação de novas tecnologias modificou significativamente diversas atividades profissionais. Ferramentas digitais permitem que tarefas sejam executadas com maior rapidez e que informações sejam compartilhadas de maneira mais eficiente. Entretanto, a simples disponibilidade desses recursos não garante melhores resultados. A qualidade do trabalho continua dependendo da capacidade de planejamento, análise e tomada de decisões por parte dos profissionais.

De acordo com o texto, assinale a alternativa que apresenta corretamente a ideia central defendida.

- a) A tecnologia tornou desnecessárias as competências de análise e planejamento no ambiente profissional.
- b) A utilização de ferramentas digitais garante, por si só, melhores resultados nas atividades profissionais.
- c) As novas tecnologias reduziram a importância da tomada de decisões pelos profissionais.
- d) Os recursos tecnológicos podem aumentar a eficiência do trabalho, mas não substituem a capacidade humana de planejamento e análise.
- e) O compartilhamento de informações tornou-se mais lento em razão da utilização de ferramentas digitais.

2. Considerando o emprego dos sinais de pontuação nas frases abaixo, marque (V) para Verdadeiro e (F) para Falso e assinale a sequência CORRETA:

- ☐ A vírgula pode ser empregada para separar elementos de uma enumeração e também para isolar o vocativo.
 - ☐ Os dois-pontos podem ser utilizados antes de uma enumeração, de uma explicação ou de uma citação.
 - ☐ O ponto e vírgula é empregado exclusivamente para indicar o encerramento de um período.
 - ☐ Os parênteses podem ser utilizados para inserir uma informação acessória ou explicativa no enunciado.
- a) V – V – F – V.
 - b) V – F – V – F.
 - c) F – V – F – V.
 - d) V – V – V – F.
 - e) F – F – V – V.
 - e) F – F – V – V.

3. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas de acordo com a norma-padrão vigente.

- a) Exceção – privilégio – suscetível – beneficente – enxergar.
- b) Excessão – privilégio – suscetível – beneficente – enxergar.
- c) Exceção – previlégio – suscetível – beneficiante – enxergar.
- d) Exceção – privilégio – sussetível – beneficente – encherger.
- e) Excessão – previlégio – sussetível – beneficiante – encherger.

4. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Público – trânsito – possível.
- b) Publico – trânsito – possível.
- c) Público – transito – possível.
- d) Público – trânsito – possível.
- e) Publico – transito – possível.

5. Observe as duas orações:

I. A comissão analisou os documentos.

II. Os documentos foram analisados pela comissão.

A relação estabelecida entre as duas construções demonstra que:

- a) A oração I está na voz passiva e a oração II está na voz ativa.
- b) As duas orações estão na voz ativa, mas apresentam sujeitos diferentes.
- c) A oração I está na voz ativa e a oração II está na voz passiva, mantendo-se essencialmente a mesma informação.
- d) A oração I está na voz reflexiva e a oração II está na voz passiva.
- e) As duas orações estão na voz passiva, com alteração apenas da ordem dos termos.

6. Leia o período:

“Quando terminou a reunião, os servidores deixaram a sala e registraram a ocorrência.”

Considerando a estrutura sintática do período, assinale a alternativa correta.

- a) O período é simples, pois apresenta apenas uma ideia principal.
- b) O período é composto por duas orações, sendo ambas coordenadas.
- c) O período é composto por três orações, sendo a primeira subordinada adverbial temporal.
- d) O período é composto por quatro orações, sendo duas subordinadas substantivas.
- e) O período é simples, pois o segundo verbo está ligado ao primeiro por coordenação.

7. Assinale a alternativa que apresenta concordância verbal de acordo com a norma-padrão.

- a) Fazem três anos que o órgão iniciou suas atividades.
- b) Faz três anos que o órgão iniciou suas atividades.
- c) Fazem três anos que o órgão iniciaram suas atividades.
- d) Houveram três anos desde o início das atividades do órgão.
- e) Existiu três anos desde o início das atividades do órgão.

8. Assinale a alternativa que apresenta concordância nominal de acordo com a norma-padrão.

- a) As cópias do documento seguem anexo ao processo.
- b) As cópias do documento seguem anexas ao processo.
- c) As cópias do documento segue anexas ao processo.
- d) As cópias do documento seguem anexa ao processo.
- e) As cópias do documento segue anexo ao processo.

9. Leia o trecho:

“A preservação dos espaços públicos depende não apenas das ações do poder público, mas também da participação dos cidadãos. Cabe à comunidade, portanto, zelar pelos locais que utiliza diariamente e cobrar das autoridades medidas que garantam sua conservação.”
Com base na norma-padrão e nas relações sintáticas estabelecidas no trecho, assinale a alternativa correta.

- a) Em “Cabe à comunidade”, o emprego do acento indicativo da crase é inadequado, pois o verbo “caber” não admite preposição.
- b) Em “depende não apenas das ações”, a preposição “de” introduz um termo que completa o sentido do verbo “depende”.
- c) Em “medidas que garantam sua conservação”, o pronome relativo “que” retoma especificamente o termo “autoridades”.
- d) A forma verbal “utiliza” deveria estar no plural, pois concorda com “locais”.
- e) A expressão “portanto” estabelece uma relação de oposição entre as duas orações do segundo período.

10. Assinale a alternativa em que a frase está inteiramente de acordo com a norma-padrão, considerando regência, concordância, colocação pronominal e emprego da crase.

- a) Os servidores não obedeceram as normas estabelecidas pela comissão.
- b) Os servidores não obedeceu às normas estabelecidas pela comissão.
- c) Os servidores não se opuseram às novas determinações da comissão.
- d) Os servidores não opuseram-se às novas determinações da comissão.
- e) Os servidores não se opuseram as novas determinações da comissão.

11. Uma prefeitura pretende instalar um sistema de monitoramento ambiental em cinco bairros. O custo de instalação em cada bairro será representado pelo vetor coluna

$$A = \begin{bmatrix} 12 \\ 15 \\ 18 \\ 20 \\ 25 \end{bmatrix}$$

e o fator de correção de custos será dado pela matriz diagonal

$$B = \begin{bmatrix} 1,05 & 0 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 1,05 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 1,05 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 & 1,05 & 0 \\ 0 & 0 & 0 & 0 & 1,05 \end{bmatrix}$$

Após a aplicação da correção, o custo previsto para o terceiro bairro será:

- a) R\$ 18,45 mil.
- b) R\$ 18,60 mil.
- c) R\$ 18,75 mil.
- d) R\$ 18,90 mil.
- e) R\$ 19,05 mil.

12. Em uma licitação pública, quatro empresas serão classificadas do 1º ao 4º lugar, sem possibilidade de empate.

O número de classificações possíveis é:

- a) 12.
- b) 18.
- c) 24.
- d) 32.
- e) 48.

13. Um município realizou um financiamento de R\$ 500.000,00 para aquisição de máquinas agrícolas. O contrato estabelece juros compostos de 6% ao ano durante 2 anos.

O montante ao final do período será aproximadamente:

- a) R\$ 540.800,00.
- b) R\$ 551.800,00.
- c) R\$ 561.900,00.
- d) R\$ 572.000,00.
- e) R\$ 583.200,00.

14. Considere o sistema linear:

$$\begin{cases} x + y + z = 12 \\ 2x - y + z = 9 \\ x + 2y - z = 5 \end{cases}$$

O valor de $x + y - z$ é

- a) 1/7.
- b) 2/7.
- c) 3/7.
- d) 6/7.
- e) 12/7.

15. Uma praça circular será construída com raio de 14 metros. No centro será instalado um monumento ocupando uma área circular de raio 4 metros.
Considerando: $\pi = \frac{22}{7}$, a área pavimentada restante será:
- a) 528,71 m².
 - b) 545,71 m².
 - c) 565,71 m².
 - d) 575,71 m².
 - e) 595,71 m².
16. Nos últimos anos, diferentes bancos centrais recorreram à elevação das taxas de juros para conter a inflação. No Brasil, esse instrumento é representado pela taxa Selic. Sobre seus efeitos na economia, assinale a alternativa correta.
- a) A redução da taxa Selic diminui imediatamente os gastos públicos obrigatórios.
 - b) O aumento da taxa Selic tende a desestimular o consumo e o crédito, contribuindo para o controle da inflação.
 - c) A elevação da Selic elimina a necessidade de política fiscal.
 - d) A Selic interfere apenas nas operações realizadas entre bancos privados.
 - e) O aumento da Selic garante crescimento econômico no curto prazo.
17. O avanço da Inteligência Artificial Generativa trouxe benefícios para diversos setores, mas também despertou preocupações relacionadas à produção de conteúdos falsificados. Esse fenômeno está associado principalmente:
- a) À dificuldade de ampliar a velocidade da internet.
 - b) À impossibilidade de automatizar tarefas administrativas.
 - c) À criação de conteúdos sintéticos capazes de dificultar a identificação entre materiais verdadeiros e manipulados.
 - d) À substituição completa das redes sociais por plataformas de IA.
 - e) À proibição do uso de algoritmos em serviços públicos.
18. A intensificação dos conflitos geopolíticos em importantes regiões produtoras de petróleo pode gerar impactos para diversos países porque:
- a) Altera a oferta internacional de petróleo, influenciando preços, inflação e custos de produção.
 - b) Impede automaticamente a exportação de produtos agrícolas.
 - c) Elimina a necessidade de importação de combustíveis.
 - d) Reduz permanentemente os preços da energia elétrica.
 - e) Afeta exclusivamente os países produtores de petróleo.
19. Afeta exclusivamente os países produtores de petróleo. Entre os objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU), destaca-se:
- a) Regular o funcionamento dos bancos centrais.
 - b) Administrar o comércio internacional.
 - c) Elaborar leis obrigatórias para todos os países.
 - d) Promover a cooperação internacional, a paz e a defesa dos direitos humanos.
 - e) Organizar eleições nacionais dos países-membros.
20. As mudanças climáticas representam um dos principais desafios contemporâneos. Entre suas possíveis consequências, pode-se citar:
- a) A redução definitiva da ocorrência de secas.
 - b) O desaparecimento do efeito estufa natural.
 - c) A diminuição da frequência de eventos extremos.

- d) O aumento da frequência de eventos climáticos extremos, afetando populações e atividades econômicas.
 - e) A estabilização do nível dos oceanos independentemente das emissões de gases.
- 21. Na Secretaria Municipal de Saúde a chefia imediata solicita que o/a Assistente Social realize visitas domiciliares exclusivamente para verificar se determinada família "merece" continuar recebendo medicamentos, pois observou frequência e reiteradas solicitações de medicamento. Para isso, orienta que sejam registrados aspectos como organização da residência, limpeza do ambiente, hábitos familiares e comportamentos considerados compatíveis ou incompatíveis com o recebimento dos medicamentos. Considerando o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei nº 8.080/1990, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o Código de Ética Profissional, a Lei nº 8.662/1993 e as orientações do Conjunto CFESS-CRESS, assinale a alternativa correta:**
- a) Atender integralmente à solicitação da gestão, pois compete a/o Assistente Social gerir os recursos públicos através da triagem das famílias e produzir pareceres para decidir sobre a concessão ou não de medicamentos.
 - b) Informar que a visita domiciliar constitui instrumento técnico-operativo destinado à compreensão da realidade social e ao fortalecimento do acesso aos direitos, recusando sua utilização para práticas de fiscalização, controle moral ou julgamento do modo de vida das famílias.
 - c) Registrar todas as informações solicitadas pela gestão, ainda que não possuam pertinência técnica, cumprindo com a hierarquia administrativa diante do risco de insubordinação profissional.
 - d) Transferir a realização da visita a outro servidor da equipe, evitando responsabilização pessoal pela atividade considerada prática de fiscalização, controle moral ou julgamento do modo de vida das famílias.
 - e) Encerrar imediatamente o acompanhamento da família, recusando práticas de fiscalização, controle moral ou julgamento do modo de vida das famílias, uma vez que a solicitação caracteriza violação ética da gestão pública.
- 22. Durante uma reunião, o gestor solicita que o/a Assistente Social apresente integralmente os relatórios sociais elaborados a partir de atendimentos individuais, contendo informações sobre a vida pessoal, familiar e socioeconômica das/os usuárias, sob a justificativa de que todas/os profissionais da equipe devem ter acesso irrestrito aos documentos que são institucionais. Refletindo o Código de Ética da/o Assistente Social, a Lei nº 8.662/1993 e as orientações do Conjunto CFESS-CRESS, a conduta profissional mais adequada é:**
- a) Compartilhar integralmente os relatórios, uma vez que todos/as os/as profissionais da equipe possuem direito de acesso às informações produzidas pelo Serviço Social, considerando que os documentos elaborados na instituição pertencem à própria instituição e são de interesse de toda a equipe.
 - b) Compartilhar apenas as informações estritamente necessárias ao desenvolvimento do trabalho interdisciplinar e à continuidade do atendimento, preservando o sigilo profissional, a intimidade do usuário e sua autodeterminação.
 - c) Recusar qualquer compartilhamento de informações com a equipe multiprofissional, independentemente da finalidade.
 - d) Encaminhar o relatório integral ao gestor, considerando que a hierarquia administrativa prevalece e que todos os documentos produzidos na instituição são institucionais.
 - e) Compartilhar o documento completo, desde que obtenha autorização verbal dos demais membros da equipe.
- 23. A direção escolar solicita que o(a) Assistente Social elabore um documento técnico atestando que um estudante apresenta comprometimento emocional e dificuldades de aprendizagem, para subsidiar seu encaminhamento aos serviços especializados de saúde. Considerando as atribuições privativas profissionais da/o Assistente Social e as normativas do Conjunto CFESS-CRESS, a conduta mais adequada é:**

- a) Elaborar o documento conforme solicitado, descrevendo o comprometimento emocional do estudante para agilizar o acesso aos serviços especializados.
 - b) Produzir documento conjunto com outros profissionais, assumindo conclusões sobre o estado psicológico do estudante, desde que haja consenso da equipe.
 - c) Elaborar documento técnico fundamentado na análise social da situação vivenciada pelo estudante, delimitando as competências e evitando emitir diagnósticos ou conclusões que extrapolem suas atribuições profissionais.
 - d) Recusar a elaboração deste documento técnico, pois o encaminhamento para serviços especializados compete aos profissionais da saúde e a requisição é indevida.
 - e) Encaminhar imediatamente o estudante ao Conselho Tutelar e emitir diagnósticos de condições clínicas para fins de acesso aos serviços especializados de saúde.
- 24. Durante a elaboração do Plano de Ação da Unidade de Saúde, a equipe técnica propõe definir prioridades e metas exclusivamente a partir da experiência das/os profissionais, sem utilizar diagnóstico socioterritorial, indicadores sociais ou informações produzidas pela participação dos usuários. Em conformidade com os fundamentos do planejamento em Serviço Social e das diretrizes das políticas públicas, essa proposta:**
- a) Valoriza a experiência profissional, tornando desnecessária a utilização de indicadores sociais e diagnósticos territoriais, reduzindo o tempo para elaboração do planejamento.
 - b) Fortalece a autonomia técnica da equipe, uma vez que o planejamento depende da experiência acumulada pelos profissionais.
 - c) Compromete a qualidade do planejamento, pois a intervenção profissional deve fundamentar-se na análise crítica da realidade, no diagnóstico socioterritorial, em indicadores sociais e na participação dos usuários, possibilitando o monitoramento e a avaliação das ações.
 - d) É adequada desde que as metas sejam posteriormente revisadas pela gestão municipal.
 - e) Demonstra maior eficiência administrativa, pois reduz o tempo necessário para elaboração do planejamento.
- 25. Durante o acompanhamento de uma família em um serviço público, a gestão da unidade solicita ao(a) Assistente Social que realize diligências para apurar a veracidade de uma denúncia envolvendo suposta prática criminosa atribuída a um usuário. Entre as providências solicitadas estão entrevistar vizinhos, coletar informações sobre os fatos e emitir parecer conclusivo acerca da responsabilidade do usuário pela suposta infração.**
- Considerando a Lei nº 8.662/1993, o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993) e os fundamentos técnico-operativos da profissão, assinale a alternativa correta.**
- a) Realizar as diligências solicitadas, uma vez que a proteção do interesse público autoriza o/a assistente social a produzir elementos destinados à apuração de ilícitos quando houver solicitação da administração pública.
 - b) Proceder à coleta de depoimentos de vizinhos e elaborar parecer conclusivo sobre a autoria da suposta prática criminosa, desde que as informações sejam registradas de forma objetiva e fundamentada.
 - c) Elaborar relatório social contendo a análise das informações obtidas e encaminhá-lo ao Ministério Público para subsidiar a responsabilização criminal do usuário, preservando o sigilo das fontes consultadas.
 - d) Esclarecer à gestão que a apuração de infrações penais, a produção de provas e a atribuição de responsabilidade criminal não integram as competências do Serviço Social, realizando, quando pertinente, estudo ou relatório social voltado à análise das condições sociais, familiares e do acesso a direitos relacionados à demanda apresentada.
 - e) Recusar qualquer intervenção no caso, uma vez que a existência de denúncia criminal impede a atuação do Serviço Social até a conclusão da investigação pelos órgãos competentes.

26. Durante o atendimento a uma mulher em situação de violência doméstica, a equipe multiprofissional discute as estratégias de intervenção a serem adotadas. Um dos profissionais afirma que a prioridade deve ser preservar a unidade familiar, independentemente da decisão da usuária.

Pensando nos princípios da Lei Maria da Penha, do Projeto Ético-Político do Serviço Social e das orientações do Conjunto CFESS-CRESS, a atuação da/o Assistente Social deve:

- a) Priorizar a preservação da convivência familiar, buscando a reconciliação do casal e a mediação familiar antes de qualquer outra medida.
- b) Definir, como profissional, o que é melhor para a vida da usuária e quais medidas de proteção deverão ser adotadas, considerando sua condição de vulnerabilidade e fragilidade emocional.
- c) Desenvolver acolhimento qualificado, fortalecer a autonomia da usuária, garantir o acesso à rede de proteção e contribuir para a efetivação de seus direitos, respeitando sua autodeterminação e seu tempo de decisão.
- d) Atuar após determinação judicial ou encaminhamento da autoridade policial, em razão da natureza jurídica da violência doméstica.
- e) Restringir sua atuação ao registro das informações e ao preenchimento dos instrumentos administrativos da instituição, sob o entendimento de que as decisões relacionadas à situação dependem exclusivamente de determinação judicial.

27. Durante atendimento em um serviço público de saúde, uma adolescente procura espontaneamente a Assistente Social a respeito de dúvidas sobre seus direitos relacionados à interrupção legal da gestação. Observa-se que a equipe que atua neste espaço manifesta opiniões divergentes sobre o papel da/o Assistente Social nesse atendimento.

Considerando o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o Código de Ética Profissional e a legislação vigente, a conduta mais adequada é:

- a) Priorizar suas convicções pessoais e religiosas ao orientar a adolescente, considerando sua pouca idade e os impactos que a decisão poderá produzir em sua vida.
- b) Restringir sua atuação ao encaminhamento para a equipe médica, evitando prestar informações sobre direitos para não influenciar a decisão da usuária e evitar críticas da equipe.
- c) Realizar acolhimento qualificado, prestar informações sobre os direitos, os serviços disponíveis e os fluxos legalmente previstos, preservando o sigilo profissional, a autonomia da usuária e abstendo-se de julgamentos morais ou religiosos.
- d) Não prestar informações à adolescente até que haja autorização expressa dos responsáveis legais.
- e) Acionar o conselho tutelar e atender apenas após manifestação da autoridade judicial para orientar a adolescente sobre seus direitos e os serviços disponíveis.

28. Durante um estudo de caso, parte da rede de proteção concluiu que as dificuldades enfrentadas por uma família como desemprego, insegurança alimentar, evasão escolar e endividamento decorrem principalmente da falta de organização doméstica, da baixa capacidade de planejamento e da pouca iniciativa de seus integrantes.

De acordo com os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social brasileiro, essa interpretação:

- a) Está adequada, pois as situações de vulnerabilidade social decorrem predominantemente de comportamentos individuais e da capacidade de adaptação das famílias às oportunidades, aos cursos e aos serviços oferecidos pela sociedade e pela rede de proteção.
- b) Corresponde à perspectiva técnico-operativa do Serviço Social, uma vez que privilegia a responsabilização familiar como estratégia de superação da pobreza.
- c) Expressa uma interpretação reducionista da realidade social, ao desconsiderar que as demandas apresentadas pela família constituem expressões da questão social, produzidas pelas desigualdades estruturais e pelas contradições das relações sociais, devendo ser analisadas em sua totalidade.
- d) Está em consonância com a concepção contemporânea de matricialidade sociofamiliar do SUAS, que atribui à família a responsabilidade principal pela superação das desigualdades estruturais e das contradições presentes nas relações sociais.

- e) Representa a perspectiva defendida pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, que prioriza a mudança de comportamentos individuais como principal estratégia de intervenção profissional.
- 29. Ao elaborar um parecer social destinado a subsidiar a definição de estratégias de acompanhamento familiar, o/a assistente social afirma que determinada família demonstra 'desinteresse', 'acomodação' e 'falta de compromisso'. Embora acompanhe o caso há anos, não apresenta elementos técnicos que sustentem tais conclusões.**
- Considerando as normativas do Conjunto CFESS-CRESS, essa conduta:**
- a) Está adequada, pois o parecer social pode expressar a percepção técnica construída durante o acompanhamento, sendo assegurada ao/a profissional autonomia para registrar suas conclusões.
 - b) É aceitável quando a/o profissional possui longa experiência na política pública.
 - c) É incompatível com a elaboração de parecer social, uma vez que documentos técnico-profissionais devem apresentar fundamentação baseada na análise da realidade social, evitando estigmatização e opiniões desprovidas de sustentação técnico-científica.
 - d) Permitida desde que as conclusões sejam respaldadas pela chefia imediata e pela equipe profissional, ainda que estejam fundamentadas em percepções subjetivas sobre a família.
 - e) É obrigatória na elaboração de parecer social quando o documento tiver finalidade administrativa institucional.
- 30. Durante a elaboração do Plano Municipal de Saúde, a equipe gestora propôs definir prioridades exclusivamente com base na execução orçamentária do exercício anterior. O/a Assistente Social manifesta posicionamento divergente, defendendo que o planejamento das ações deve ser orientado pelo diagnóstico epidemiológico e socioterritorial, pela utilização de indicadores de saúde, pela participação social e pelo monitoramento permanente da política pública.**
- Considerando os fundamentos do planejamento em Serviço Social e as normativas do Sistema Único de Saúde (SUS), essa posição está correta porque:**
- a) O planejamento das ações de saúde deve priorizar a disponibilidade orçamentária, cabendo ao diagnóstico da realidade apenas subsidiar ajustes durante a execução das ações.
 - b) O diagnóstico epidemiológico e socioterritorial constitui instrumento complementar do planejamento, podendo ser dispensado quando a equipe técnica possui conhecimento acumulado sobre o território.
 - c) A utilização de indicadores de saúde restringe-se à etapa de avaliação dos serviços, não interferindo na definição de prioridades, metas e estratégias da gestão.
 - d) O planejamento no âmbito do SUS constitui um processo contínuo, ascendente, integrado e participativo, fundamentado na análise das necessidades de saúde da população, na utilização de indicadores, na definição de objetivos e metas, no monitoramento, na avaliação permanente e na participação social, qualificando a gestão e a efetivação do direito à saúde.
 - e) A avaliação das ações de saúde possui finalidade exclusivamente administrativa, não interferindo na reformulação do planejamento nem na organização da Rede de Atenção à Saúde, uma vez que seus resultados se destinam apenas à verificação do cumprimento das metas previamente estabelecidas, sem repercussão na definição de novas prioridades, estratégias ou ações da gestão municipal.
- 31. Em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a equipe identificou aumento significativo de usuários em sofrimento psíquico associado ao desemprego, insegurança alimentar, violência doméstica e dificuldades de acesso a benefícios sociais. A gestão solicita que o/a Assistente Social realize entrevistas individuais para "identificar problemas emocionais", classificar os usuários por grau de sofrimento e encaminhar apenas os casos considerados "mais graves" para acompanhamento psicológico.**
- Pensando nos fundamentos do Serviço Social, das diretrizes do SUS e dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, a conduta profissional mais adequada é:**
- a) Realizar entrevistas individuais com foco na identificação de transtornos mentais, classificando os usuários conforme níveis de sofrimento psíquico para priorização do atendimento em saúde mental.

- b) Assumir a triagem psicossocial dos usuários, uma vez que o trabalho na UBS exige avaliação direta de sofrimento emocional como critério de organização da demanda.
- c) Informar os limites das atribuições profissionais, desenvolvendo análise dos determinantes sociais do processo saúde-doença no território, articulando ações de promoção da saúde, acesso a direitos e fortalecimento da rede intersetorial.
- d) Limitar sua atuação ao encaminhamento dos usuários para psicologia ou psiquiatria, evitando qualquer análise das condições sociais relacionadas ao sofrimento apresentado.
- e) Recusar participação em ações de saúde mental na Atenção Básica, por se tratar de atribuição exclusiva da equipe de psicologia da UBS.

32. Durante o acompanhamento de usuários em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a equipe identificou que pessoas negras enfrentam, de forma recorrente, maior dificuldade para acessar consultas especializadas, menor acolhimento às demandas apresentadas, atrasos injustificados no atendimento e tratamento diferenciado por parte de alguns profissionais. Em reunião de equipe, alguns trabalhadores afirmam que essas situações decorrem apenas de "problemas de comunicação", "casos isolados de mau atendimento" ou do "comportamento dos próprios usuários", sem reconhecer a existência de processos discriminatórios na organização do serviço.

Considerando o Projeto Ético-Político do Serviço Social, os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, assinale a alternativa correta.

- a) As situações descritas devem ser compreendidas como conflitos interpessoais pontuais entre profissionais e usuários, decorrentes de falhas individuais de comunicação e de atendimento, não caracterizando processos estruturais de discriminação nem exigindo alterações na organização dos serviços de saúde.
- b) As dificuldades de acesso decorrem predominantemente da baixa adesão dos usuários às normas institucionais e da insuficiente utilização dos serviços disponíveis, cabendo ao Serviço Social desenvolver ações educativas voltadas à mudança de comportamentos individuais e familiares.
- c) O Serviço Social deve restringir sua atuação ao registro e encaminhamento administrativo das reclamações à gestão da unidade, uma vez que a identificação de discriminações institucionais compete exclusivamente aos órgãos de controle, sem repercussões diretas sobre o planejamento das ações em saúde.
- d) As situações descritas constituem expressão do racismo institucional, que se manifesta por meio de práticas, rotinas e processos organizacionais que produzem tratamento desigual e comprometem o acesso equitativo às políticas públicas, exigindo atuação profissional comprometida com a defesa dos direitos, da equidade e do enfrentamento das discriminações.
- e) O enfrentamento do racismo institucional constitui atribuição exclusiva da gestão e dos órgãos de controle da Administração Pública, cabendo ao Serviço Social apenas acolher os usuários e realizar encaminhamentos, sem intervir na análise crítica das práticas institucionais ou na defesa da equidade.

33. Em um Centro de Especialidades do SUS, uma enfermeira negra, responsável pelo acolhimento e classificação de risco, passa a ser alvo recorrente de situações de deslegitimação institucional de sua autoridade técnica. Alguns usuários afirmaram que "preferem ser atendidos por alguém mais experiente", recusam orientações iniciais apenas após sua triagem e solicitam repetição do atendimento com outro profissional. Em reuniões internas, alguns membros da equipe atribuem as reclamações à "falta de firmeza" da trabalhadora, enquanto outros naturalizam tais condutas como "preferência dos pacientes".

Os episódios se intensificam com falas explícitas de cunho racista, como questionamentos sobre sua "capacidade técnica apesar da cor" e insinuações de que sua presença na função seria resultado apenas de "cotas e não de mérito". A gestão, por sua vez, trata o caso como problema de "comunicação interpessoal" e pede para a/o Assistente Social dialogar com a profissional a respeito da "necessidade de melhor postura profissional".

Utilizando o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as normativas brasileiras de enfrentamento ao racismo, essa situação deve ser compreendida como:

- a) Resultado de falhas individuais de comunicação da profissional, devendo ser enfrentada por meio de capacitação em habilidades interpessoais e técnicas de atendimento ao público.
- b) Manifestação de preferências legítimas dos usuários, sendo incompatível a intervenção institucional sobre escolhas individuais no processo de atendimento em saúde.
- c) Problema de organização do fluxo assistencial do serviço, devendo ser resolvido exclusivamente por reorganização administrativa e padronização de protocolos.
- d) Expressão do racismo institucional e estrutural, articulado às relações de poder no trabalho em saúde, que se manifesta na deslegitimação da autoridade técnica de profissionais negros e na reprodução de estereótipos raciais, exigindo enfrentamento conforme os princípios da equidade do SUS e das normativas antirracistas brasileiras.
- e) Situação de natureza subjetiva e individual, sem relação com estruturas sociais, devendo ser tratada no âmbito psicológico da profissional.

34. Durante atendimento em um ambulatório especializado do SUS, um usuário formaliza pedido de acesso ao relatório social elaborado pelo Serviço Social, destinado a subsidiar decisão administrativa sobre seu acompanhamento. O documento contém informações produzidas a partir de entrevistas com familiares e registros de outros profissionais da equipe multiprofissional.

Considerando o Código de Ética Profissional, a Resolução CFESS nº 273/1993, Resolução nº 1.098/2025 e a legislação relativa ao acesso às informações pessoais, a conduta mais adequada da/o Assistente Social é:

- a) Indeferir o pedido, uma vez que os documentos produzidos pelo Serviço Social possuem caráter institucional e não podem ser disponibilizados aos usuários.
- b) Encaminhar o requerimento para decisão da chefia imediata, considerando que o acesso aos documentos técnicos depende de autorização administrativa.
- c) Assegurar o direito do usuário de acessar as informações que lhe dizem respeito, observando os limites éticos e legais do sigilo profissional, resguardando informações de terceiros e, quando necessário, adotando as medidas técnicas cabíveis para sua proteção.
- d) Disponibilizar integralmente o documento, em observância ao princípio da transparência administrativa e o direito de acesso do usuário.
- e) Condicionar o acesso do usuário à apresentação de determinação judicial, considerando que documentos técnicos do Serviço Social somente podem ser disponibilizados mediante a autoridade competente.

35. Durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, a equipe gestora informa que os prazos estabelecidos para envio do documento ao órgão competente são exíguos. Diante dessa situação, propõe que a definição das prioridades, metas e estratégias de intervenção seja realizada exclusivamente pelos gestores e técnicos da Secretaria, sem consulta aos usuários, trabalhadores e instâncias de controle social, sob o argumento de que a participação popular comprometeria o cumprimento do cronograma institucional.

Considerando os princípios constitucionais da participação democrática, as diretrizes do SUAS e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, essa proposta:

- a) Está em conformidade com o princípio da eficiência administrativa, que autoriza a Administração Pública a restringir a participação social quando houver necessidade de cumprimento de prazos legais.
- b) É compatível com a gestão do SUAS, desde que o plano seja posteriormente apresentado ao Conselho Municipal de Assistência Social para ciência de seu conteúdo.
- c) Contraria os princípios da gestão democrática e do controle social, pois a participação dos usuários, trabalhadores e instâncias colegiadas constitui elemento estruturante do planejamento, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas, não podendo ser afastada exclusivamente em razão de limitações administrativas ou de prazos institucionais.
- d) É juridicamente admissível quando houver consenso entre a equipe gestora de que o diagnóstico socioterritorial elaborado pelos profissionais seja suficiente para representar os interesses da população usuária.

- e) Está de acordo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, uma vez que a participação social possui caráter consultivo e pode ser substituída pela análise técnica dos profissionais sempre que houver justificativa administrativa.
- 36. Uma Assistente Social assumiu recentemente concurso público em um município de pequeno porte, de imediato relata ao CRESS que a instituição onde trabalha exige a emissão de documentos técnicos incompatíveis com as atribuições privativas da profissão, impõe condições inadequadas para a preservação do sigilo profissional e determina o desempenho de atividades que extrapolam os limites éticos e legais do exercício profissional. Diante da situação, a profissional procura a Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI) para obter apoio e orientações. Considerando a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS e as competências da COFI, é correto afirmar que essa Comissão:**
- a) Desenvolve ações voltadas à apuração de infrações éticas e disciplinares, priorizando a responsabilização profissional e a aplicação das sanções previstas na legislação, cabendo às atividades de orientação preventiva e educação permanente às demais instâncias deliberativas do CRESS.
 - b) Exerce ações de fiscalização destinadas à verificação da regularidade do exercício profissional, das condições formais de funcionamento dos serviços e do cumprimento das exigências legais relativas ao registro profissional, não lhe competindo intervir sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional.
 - c) Atua na orientação e fiscalização do exercício profissional sempre que houver instauração de procedimento administrativo ou denúncia formal, desenvolvendo análise técnica das irregularidades apontadas, sem competência para realizar ações preventivas de orientação junto às instituições e aos assistentes sociais.
 - d) Desenvolve ações de orientação, fiscalização e defesa do exercício profissional, articulando as dimensões afirmativa de princípios, político-pedagógica e normativa e disciplinadora previstas na Política Nacional de Fiscalização, com vistas ao fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social, à defesa das condições éticas e técnicas do trabalho profissional e à prevenção e apuração de violações à legislação da profissão.
 - e) Desenvolve ações de orientação sobre o exercício profissional e acompanha demandas encaminhadas por assistentes sociais e instituições empregadoras, restringindo sua atuação à emissão de recomendações técnicas, sem competência para instaurar procedimentos de fiscalização ou adotar providências relacionadas à apuração de possíveis infrações éticas.
- 37. Uma Assistente Social recém-formada foi nomeada em concurso público para atuar na política pública de Saúde. Durante as primeiras semanas de trabalho, surgem dúvidas relacionadas às atribuições profissionais, aos limites da atuação em equipe multiprofissional, elaboração de documentos técnicos, requisições institucionais incompatíveis com a Lei nº 8.662/1993. Além disso, demonstra interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre o exercício profissional na política de saúde, participar de debates da categoria e contribuir para o fortalecimento da profissão. Considerando as competências das instâncias do CRESS-PR e a organização do Conjunto CFESS-CRESS, a orientação mais adequada é:**
- a) Buscar exclusivamente a Câmara Temática de Saúde, pois compete a esse espaço deliberar sobre dúvidas relativas ao exercício profissional, fiscalizar irregularidades e orientar as/os assistentes sociais quanto às requisições institucionais recebidas.
 - b) Encaminhar todas as dúvidas diretamente ao Conselho Pleno do CRESS, órgão responsável por orientar as/os profissionais, organizar espaços permanentes de formação e deliberar sobre questões específicas do cotidiano do exercício profissional.
 - c) Acionar a Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI) para esclarecimentos sobre atribuições, competências, condições éticas e técnicas do exercício profissional e, paralelamente, participar da Câmara Temática de Saúde como espaço de organização política, formação permanente, produção de debates e fortalecimento coletivo da atuação profissional na política de saúde.

- d) Solicitar manifestação formal da Diretoria do CRESS antes de iniciar qualquer atividade profissional, considerando que compete à Diretoria interpretar a legislação profissional e autorizar o exercício das atribuições privativas do Assistente Social.
- e) Encaminhar consulta ao Núcleo de Formação Profissional do CRESS, responsável por emitir pareceres vinculantes sobre atribuições profissionais, acompanhar o estágio probatório dos assistentes sociais recém-ingressos no serviço público e supervisionar tecnicamente o exercício profissional nas políticas públicas.

38. Durante o curso Ética em Movimento, promovido pelo conjunto CFESS-CRESS, uma conselheira apresentou dados que demonstram o crescimento de denúncias e processos ético-disciplinares envolvendo assistentes sociais, especialmente relacionados à elaboração de documentos profissionais, violação do sigilo, extrapolação das atribuições profissionais e emissão de opiniões técnicas fundamentadas em valores morais, crenças pessoais ou julgamentos sobre os usuários.

Considere a seguinte situação hipotética:

Uma assistente social vinculada a uma instituição pública é solicitada pela gestão a elaborar relatório social para subsidiar decisão institucional referente ao acompanhamento de uma família. Durante a elaboração do documento, a profissional registra informações obtidas em atendimento individual, compartilha aspectos da vida privada dos usuários com outros setores da instituição e inclui avaliações sobre o comportamento familiar, afirmando que os responsáveis apresentam “falta de compromisso”, “ausência de valores adequados” e “resistência pessoal em superar suas dificuldades”.

Posteriormente, a gestão solicita que a assistente social emita uma opinião técnica conclusiva sobre a capacidade moral dos responsáveis para exercer suas funções familiares.

Considerando o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993), a Lei nº 8.662/1993, as normativas do CFESS e os fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta da assistente social é adequada, pois o relatório social deve apresentar o maior número possível de informações sobre a família para possibilitar uma avaliação institucional completa, sendo legítimo emitir opinião técnica sobre valores, comportamentos e responsabilidades individuais dos usuários quando solicitado pela gestão.
- b) A conduta da assistente social apresenta problemas éticos, pois a elaboração de documentos técnicos deve respeitar os princípios da necessidade, pertinência e fundamentação profissional das informações registradas; o sigilo deve ser preservado; e a opinião técnica não pode ser substituída por julgamentos morais, avaliações de caráter ou culpabilização dos usuários pelas expressões da questão social.
- c) A conduta da assistente social é inadequada apenas quando ocorre compartilhamento de informações sigilosas, pois a elaboração de relatórios e pareceres permite ao profissional registrar interpretações subjetivas sobre os usuários, desde que sejam decorrentes de sua experiência profissional e da observação cotidiana.
- d) A assistente social deve atender integralmente à solicitação institucional, pois a vinculação empregatícia determina que a/o profissional produza documentos conforme as demandas administrativas do órgão, avaliações sobre aspectos pessoais, familiares ou morais dos usuários.
- e) A profissional somente estaria cometendo infração ética se realizasse discriminação explícita contra os usuários, sendo permitida a emissão de opiniões sobre comportamentos familiares quando estas forem apresentadas como uma contribuição técnica para a decisão institucional.

39. O Projeto Ético-Político do Serviço Social constitui uma construção histórica coletiva da profissão, fundamentada no Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993), na Lei nº 8.662/1993 e nas deliberações democráticas do Conjunto CFESS-CRESS. Nesse contexto, as Bandeiras de Luta expressam compromissos profissionais relacionados à defesa dos direitos humanos, das políticas sociais públicas, da democracia, da seguridade social, da qualidade dos serviços prestados e das condições éticas e técnicas do exercício profissional.

Considerando esses fundamentos, assinale a alternativa correta.

- a) As Bandeiras de Luta articulam a defesa das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, da qualidade dos serviços prestados e da valorização profissional, priorizando reivindicações corporativas em detrimento da incidência política sobre as políticas sociais e da defesa dos direitos da população usuária.
 - b) As Bandeiras de Luta materializam o Projeto Ético-Político do Serviço Social ao articular a defesa das condições éticas e técnicas do exercício profissional com a defesa dos direitos humanos, da democracia, das políticas públicas universais, da seguridade social, da participação social e dos interesses históricos da classe trabalhadora.
 - c) O Código de Ética reconhece a importância da defesa dos direitos humanos e da qualidade dos serviços prestados, estabelecendo que a participação dos/as assistentes sociais em fóruns, conferências, conselhos e movimentos sociais deve ocorrer restrito a solicitação e previsão da instituição empregadora.
 - d) A autonomia profissional pressupõe competência técnica, respaldo legal e compromisso ético, sendo assegurada independentemente das condições objetivas de trabalho, da existência de equipes adequadas, da realização de concursos públicos ou da garantia das atribuições privativas previstas na Lei nº 8.662/1993.
 - e) A defesa das políticas públicas universais, da seguridade social, do SUS, do SUAS e da educação pública integra as Bandeiras de Luta da profissão, desde que tais posicionamentos sejam exercidos no âmbito técnico-administrativo, preservando a imparcialidade institucional e evitando manifestações públicas relacionadas às políticas sociais.
- 40. Os Conselhos Profissionais e os Sindicatos possuem naturezas jurídicas, competências e finalidades distintas, embora possam atuar de forma articulada em determinadas pautas de interesse da categoria profissional. Essa atuação conjunta fortalece tanto a defesa do exercício profissional quanto a luta por melhores condições de trabalho e pela efetivação dos direitos sociais.**
- Considerando a Lei nº 8.662/1993 e as atribuições do Conjunto CFESS-CRESS e das entidades sindicais, assinale a alternativa correta.**
- a) Os Conselhos Regionais de Serviço Social e os sindicatos possuem natureza jurídica semelhante, exercem representação trabalhista da categoria e compartilham competência para negociar acordos e convenções coletivas, bem como fiscalizar o exercício profissional.
 - b) Os sindicatos representam os interesses trabalhistas, econômicos e sociais da categoria, negociando salários, jornadas e condições de trabalho, enquanto o CFESS e os CRESS regulamentam, orientam, normatizam e fiscalizam o exercício profissional. Embora possuam atribuições distintas, podem atuar conjuntamente na defesa de pautas como condições de trabalho, concursos públicos, jornada de 30 horas e valorização profissional.
 - c) Compete ao CFESS e aos CRESS defender reajustes salariais para assistentes sociais, negociar acordos coletivos de trabalho, representar judicialmente a categoria em dissídios coletivos e disciplinar o exercício profissional, cabendo aos sindicatos apenas apoiar ações e campanhas de valorização da profissão.
 - d) A filiação sindical é obrigatória, enquanto a inscrição no CRESS é facultativa e se destina apenas aos/às profissionais que exercem função de conselheiro/a, atuam como multiplicadores/as do curso Ética em Movimento ou participam dos processos eleitorais do Conjunto CFESS-CRESS.
 - e) As atribuições dos Conselhos Profissionais restringem-se pela emissão do Documento de Identidade Profissional (DIP) e pela fiscalização do cumprimento do Código de Ética, enquanto os sindicatos atuam no processamento ético-disciplinar dos profissionais e são responsáveis pela normatização do exercício profissional.